

DIDÁTICA APLICADA AO ENSINO DA ARTE

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Dilma Vana Rousseff
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Aloizio Mercadante

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
DIRETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA COORDENAÇÃO DE
APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES:
João Carlos Teatini de Souza Clímaco

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO**

REITOR: Aldo Nelson Bona
VICE-REITOR: Osmar Ambrósio de Souza
PRÓ-REITORA DE ENSINO: Márcia Tembil
COORDENADORA NEAD/UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knüppel
COORDENADORA ADJUNTA UAB/UNICENTRO: Jamile Santinello

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DIRETOR: Carlos Eduardo Schipanski
VICE-DIRETOR: Adnilson José da Silva

CHEFIA DEPARTAMENTO DE ARTE-EDUCAÇÃO

CHEFE: Daiane Solange Stoeberl da Cunha
VICE-CHEFE: Desirée Paschoal de Melo

COMITÊ EDITORIAL DO NEAD/UAB

Aldo Bona, Edelcio Stroparo, Edgar Gandra, Klevi Mary Reali,
Margareth de Fátima Maciel, Maria Aparecida Crissi Knüppel,
Maria de Fátima Rodrigues, Rafael Sebrian, Ruth Rieth Leonhardt.

**EQUIPE RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE
LICENCIATURA DE ARTE EDUCAÇÃO PLENA A DISTÂNCIA**

COORDENADOR DO CURSO: Clovis Márcio Cunha
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO: Eglecy do Rocio Lippmann, Daiane Solange
Stoeberl da Cunha, Evandro Bilibio, Maria Aparecida Crissi Knüppel



Consuelo Alcioni B. D. Schlichta
Josilene de oliveira Fonseca

DIDÁTICA APLICADA AO ENSINO DA ARTE



COMISSÃO CIENTÍFICA: Clovis Marcio Cunha, Eglecy do Rocio Lippmann, Daiane Solange Stoeberl da Cunha, Evandro Bilibio, Maria Aparecida Crissi Knuppel

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Andressa Rickli
Espencer Ávila Gandra
Natacha Jordão

Gráfica Unicentro
250 exemplares

Catálogo na Publicação
Biblioteca Central da UNICENTRO, Campus Guarapuava
Bibliotecária responsável: Vânia Jacó da Silva CRB 1544-9

Nota: O conteúdo da obra é de exclusiva responsabilidade do autor.

SUMÁRIO:

RAÍZES E TRONCOS	
ENTRELAÇADOS PELO TEMPO.....	07
O ensino da arte.....	08
Caminhos percorridos.....	09
O ensino do teatro no processo histórico da educação brasileira.....	12
As referências pessoais entram em cena.....	16
Rever conceitos é uma atitude necessária.....	20
Teoria e prática: é preciso exercitar.....	21
Referências Bibliográficas.....	23
REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO EM ARTE: O QUE SE PENSA E O QUE FAZ?.....	25
A mediação como uma relação entre sujeitos e a arte.....	31
A arte como forma de trabalho criador e conhecimento artístico.....	35
Referências Bibliográficas.....	44

RAÍZES E TRONCOS

ENTRELAÇADOS PELO TEMPO

Josilene de oliveira Fonseca
Ilustrações de Érika Hirawiva

*"... Era uma vez um menininho, de carne e osso.
Igual a tantos, que se deleitava nas coisas simples que a vida dá.
Ria nos mundos de faz - de - conta, voava nas asas dos urubus,
assustava os peixes, nariz achatado nos vidros dos aquários,
assobiava para os perus, andava na chuva
- todas estas coisas que as crianças fazem e os adultos desejam fazer,
e não fazem, por vergonha.
Sua vida escorria feliz por cima do desejo.
Não sabia que uma conspiração estava em andamento. (...)"*

Assim como Gepetto, os pais depositam sua total confiança nas instituições de ensino, na esperança de que seus filhos realmente despertem sua constituição natural de “pele, carne e osso”, revestidos de intelecto e sensibilidade, que entrelaçados numa relação mútua e dependente, o elevarão à categoria intitulada “humana.” No entanto, esses meninos, ao frequentarem por algum tempo uma instituição de ensino, correm o risco de tornarem sua constituição natural de pele, carne e ossos enrijecidos como pedaços de paus.



Essa analogia impulsionará as discussões acerca do ensino da arte e a sua presença nos documentos oficiais que regem a educação nacional, estadual e municipal.

O ENSINO DA ARTE

Ainda com o foco na analogia feita por Rubem Alves com a história de Pinóquio e os meninos de carne e osso, refletiremos sobre o ensino da arte no contexto brasileiro.

Para tanto, propomos uma reflexão sobre a relação das memórias pessoais e a educação. Assim, consideramos as experiências pessoais como memórias impressas no corpo que, no contexto da educação, afloram como

verdades incondicionais. O licenciando em Arte, ao iniciar sua trajetória como educador, confronta-se com suas próprias memórias e os percursos enraizados por concepções de ensino que foram construídas ao longo de um processo histórico.

Diante do exposto, cabe ao estudante licenciando em arte, superar as barreiras que se impõe e tendem a desalinhar práticas pedagógicas que apontam para uma educação voltada para a autonomia. Para tanto, o papel do professor, que atua nas licenciaturas, é fundamental nesse processo de superação das práticas pedagógicas enraizadas e ultrapassadas. É importante que aquele que conduz esse processo tenha consciência do seu papel, para assim, instrumentalizar o seu aluno, tanto para os conceitos relacionados às especificidades da licenciatura, quanto para uma prática docente reflexiva e consciente.

CAMINHOS PERCORRIDOS

O ensino da arte no Brasil vem se redefinindo num processo gradativo ao longo da história cultural do país, mas foi no século XX que as diferentes esferas da ação humana apontaram grandes mudanças e influenciaram os processos educativos do país.

Nesse sentido, para compreender o ensino da arte hoje, é necessário tecer um olhar acerca do caminho percorrido por ele ao longo da história. Considerando a extrema importância do conhecimento acerca dos processos históricos trilhados pela educação brasileira, iniciamos nossa prática docente como professora da disciplina de Didática, no curso de Licenciatura em Teatro, da Faculdade de Artes do Paraná, propondo aos alunos a leitura e a reflexão do conto “Pinóquio às Avessas”, de Rubem Alves.

A leitura e discussão do conto foram realizadas durante algumas aulas, mas antes de apresentá-lo aos alunos, investigamos quem conhecia o clássico da literatura infantil “Pinóquio”. Para nossa surpresa, poucos alunos lembravam ou o conheciam. Iniciamos então, um processo de ativação da memória. Falamos sobre o conto e, em seguida, perguntamos a eles se seria possível fazer uma analogia com a educação. As respostas fluíram, embora ainda muito rasas, pois apenas duas alunas apresentavam envolvimento com o ensino e os demais conheciam uma escola somente pelo viés do aluno. Após a leitura de

“Pinóquio às Avessas”, os alunos iniciaram seus relatos sobre as experiências que vivenciaram na escola durante o Ensino Básico.

Nos encontros subsequentes, foram explorados os relatos direcionando-os como foco de estudo, pois compreender o ensino da arte num processo de construção histórica brasileira é fundamental para que hoje possamos avançar no que se refere aos estudos pedagógicos e para a construção de políticas públicas voltadas para o ensino da arte.

Assim, inicialmente, instigamos os alunos a falarem sobre suas lembranças acerca das aulas de Arte que tiveram ao longo de sua escolaridade. As respostas já eram esperadas, embora esses alunos fossem resultado de um modelo de educação voltado para uma pedagogia progressista. No entanto, as lembranças perpassaram por um misto de educação tradicional, tecnicista, escola novista entre outras. Desenhos prontos para pintar, releitura de obras, comemorações dos dias das mães e pais e a produção de artesanatos predominaram nas lembranças dos alunos.

Não houve nenhum relato da prática do ensino do teatro durante as aulas de Arte, pois os alunos o apontaram como sendo um recurso didático utilizado pela disciplina de Língua Portuguesa e História, cujo objetivo era o de levar o aluno a demonstrar entendimento e compreensão de uma determinada obra literária ou um conteúdo considerado importante.

A prática da música ficava restrita, ao canto utilizado como recurso associado a ações cotidianas da escola, porém, sem nenhum direcionamento artístico e ou técnico. Com relação à dança, os alunos relataram suas lembranças das aulas de Educação Física, nas quais ensaiavam coreografias para as festas juninas.



Com base na memória dos alunos, iniciamos uma nova etapa do trabalho, situando historicamente cada experiência relatada. Falamos sobre as manifestações de ensino da arte proposta pelos jesuítas e suas influências na educação brasileira, sobre a concepção de ensino tradicional, sobre o movimento da Escola Nova e seus ideais, sobre o Tecnicismo, bem como sobre as concepções de ensino progressistas que marcaram as últimas décadas do século XX, e perpassam o início do século XXI.

Durante essa retrospectiva enfatizamos o ensino do teatro, pois nesse processo histórico do ensino da arte, a visibilidade atribuída às artes cênicas não é a mesma das Artes Visuais, o que se confirma nos relatos dos alunos:

Aluno 1 – *“Eu nunca tive aula de teatro. Eu só me lembro de desenhar”*.

Aluno 2 – *“A gente fazia releitura de obras [...]”*

Aluno 3 – *“Eu só tive história da arte [...]”*

Aluno 4 – “Minha professora ficava falando da vida dos artistas depois tinha que fazer releitura”.

Aluno 5 – “O que eu mais me marcou foi um professor que fez máscara de gesso moldada no rosto da gente [...]”

O ENSINO DO TEATRO NO PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A partir do estudo das correntes pedagógicas que direcionaram a organização escolar no contexto brasileiro, em meados do século XX e início do XXI, consideramos como impulso para a compreensão do ensino da arte e suas especificidades, o processo histórico pelo qual as escolas brasileiras situaram o ensino da arte no currículo escolar e extracurricular.

Os períodos em que as ideias pedagógicas surgiram na educação brasileira, bem como a contextualização do ensino da arte nesse processo histórico foi orientada pelas “hipóteses de trabalho” apresentadas nos estudos desenvolvidos por Demerval Saviani (2010, p.14):

“1º período (1549 – 1759): Monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional”. Durante esse período, a arte exerce um papel importante no processo de catequização dos indígenas. Por meio da arte como recurso pedagógico, os padres jesuítas doutrinavam as crianças e, conseqüentemente, atingiam os adultos.



O Desembarque de Cabral - Oscar Pereira da Silva

O Padre José de Anchieta, embora tenha se dedicado a catequizar os indígenas, foi o único a se comunicar com o povo por meio da língua tupi guarani, português e espanhol, mas foi por meio da arte que ensinou e doutrinou. Embora a arte tenha sido utilizada como recurso, Anchieta iniciou um processo de educação formal. Assim, a utilização da arte na sua prática pedagógica é considerada uma das primeiras manifestações de ensino da arte no Brasil, após a vinda dos colonizadores.

Com seus textos dramáticos, Anchieta fazia do teatro um meio de convencimento sobre os ideais cristãos. Na obra “ O auto de São Lourenço ”, a relação de poder estabelecida entre os índios e os ideais da Igreja é evidente; a qual pode-se identificar na fala do personagem Guaixará:

(...) Molesta-me a boa gente fazendo-me crua guerra;
O povo está diferente:
Quem o mudou de repente,
Para danar minha terra?

Só eu vou
O que nesta aldeia estou
Como seu guarda vivendo.
Às minhas leis eu a rendo
E daqui longe me vou
Outra aldeia revendo.

Como eu, no mundo, quem há?
Eu sou bem conceituado, eu sou
O diabão assado.
Que se chama Guaixará,
Em toda a terra afamado (...)"

(ANCHIETA, 1977, p. 156)"



A Primeira Missa no Brasil - 1860 - Victor Meireles

“2º Período (1759-1932): Coexistência entre as vertentes religiosa e pedagogia tradicional” (SAVIANI, 2010, p.14). Durante aproximadamente duzentos anos, o ensino brasileiro esteve sob o comando dos jesuítas, que instituíram colégios e seminários regidos por uma concepção de ensino tradicional, de vertente religiosa, mas, em 1759, a reforma pombalina da instrução pública expulsou os jesuítas do Brasil, dando início a um novo tempo, no qual passou a vigorar a educação laica.

O ensino da arte estava voltado para a prática do desenho, para os trabalhos manuais e para o canto orfeônico. Valorizavam-se as habilidades manuais e os dons artísticos, numa perspectiva utilitarista da Arte. Ao professor, cabia o papel de transmissor do conhecimento.

As práticas do teatro e da dança estavam diretamente vinculadas às festividades, cuja função era a de apresentação, para a qual os estudantes tinham apenas que decorar textos e ensaiar passos de dança.

“3º Período (1932 -1947): Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova” (SAVIANI, 2010, p.14). O ideário da pedagogia nova se instaura, embora ainda tenha de medir força com o grupo defensor de uma educação voltada para os princípios religiosos. Com relação ao ensino das Artes, o período foi marcado pelo início das atividades na “Escolinha de Arte do Brasil”, criada pelo artista Augusto Rodrigues (1913 - 1993) e pelas artistas Lúcia Alencastro Valentin (1921) e Margareth Spencer (1914). Também se destacaram, na época, a valorização e o reconhecimento do trabalho artístico infantil, cujo ápice foi a exposição de arte infantil realizada no Museu Nacional de Belas Artes, do Rio de Janeiro.

Sob a influência da estética modernista, o ensino da arte, embora ainda não fosse obrigatório nos currículos escolares, estava direcionado para o desenvolvimento natural da criança e para o seu processo criativo, com ênfase na autoexpressão.

Nessa época, os professores foram influenciados por várias correntes teóricas, como, por exemplo, pelas do norte americano John Dewey 2012, “Nós só pensamos quando nos defrontamos com um problema”. do suíço Emile Jaques Dalcroze 2012, “A música transporta sua harmonia, sua melodia, seu ritmo, sua frase, seus silêncios para falar à nossa alma”.

do austríaco Victor Lowenfeld

“Uma criança de dois anos, por suas condições, não pode copiar um círculo, embora algumas crianças dessa idade sejam capazes de copiar uma linha.

Com efeito, as garatujas não são tentativas de retratar o meio visual infantil.

Em grande parte, os próprios rabiscos baseiam-se no desenvolvimento físico

*e psicológico da criança, não em alguma tentativa de representação”
(...)(1977.. p.2)*

e do inglês Herbert Read 1986. .p. 95 -“O homem deve se tornar um artista e preencher seu tempo de lazer recém descoberto com atividade criativa

AS REFERÊNCIAS PESSOAIS ENTRAM EM CENA

No decorrer dos estudos sobre o processo histórico da arte educação no Brasil, os alunos foram identificando suas referências pessoais e tecendo comentários, como:

Aluno1 - “*Nas aulas de educação artística, quando eu era pequena, minha professora sempre colocava música enquanto desenhávamos [...] ela dizia que era para a gente ficar mais calmo [...]*”

Aluno 2 – “*O que eu mais gostava era quando usávamos tinta [...] e aquele aventalzinho de plástico para não sujar [...] Mas eram poucas as vezes [...] acho que fazia muita sujeira [...]*.”

As experiências artísticas dos estudantes se tornaram mais vivas quando discutimos a educação artística dos anos de 1970 e, embora já tenha se passado mais de três décadas, são muito fortes os resquícios dessa época.

Desse modo, apresentamos aos alunos a Lei de Diretrizes e Base 5692/71, destacando a presença da Educação Artística como parte integrante dos currículos escolares. O artigo 4º dessa lei reza que:

Os currículos de ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

Ainda de acordo com o artigo 7º, da mesma lei:

A LDB 5692/71 pode ser consultada em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L_5692.htm (Isso?)

Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação artística e Programa de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto a primeira, o disposto no Decreto – Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969.

Após a leitura do texto da lei, perguntamos aos estudantes o que pensavam sobre ela e em que a educação artística teria contribuído para o desenvolvimento estético/cultural do povo brasileiro. A princípio, eles não compreenderam qual a intenção da pergunta, já que a resposta era óbvia. Depois de tantos esforços, estudos e engajamento por parte de muitos artistas, a educação artística, para todos os estudantes brasileiros, só poderia ser uma conquista.

Diante dos fatos históricos, propusemos, aos estudantes, um debate sobre a situação política do Brasil, nos anos de 1970, período em que a Lei 5692/71 foi promulgada. Várias questões foram levantadas, mas naquele momento, pretendíamos que os estudantes percebessem os interesses políticos implícitos e explícitos que perpassaram a implementação da Lei de Diretrizes e Bases para educação do país e a concepção pedagógica tecnicista.

Apresentamos a eles, as propostas pedagógicas para a Educação Artística, as quais lhes provocaram um sentimento de indignação, pois muitas das práticas artísticas daquela época fazem parte da sua memória estudantil. Dentre as imagens mais lembradas pelos alunos estavam os desenhos prontos, chamados “desenhos pedagógicos”, embora também não tenham deixado de destacar os cartões feitos para as datas especiais, as cestas de Páscoa, as máscaras de coelho, as bandeirinhas para as festas juninas e casamentos caipiras, as encenações da Independência do Brasil e as danças folclóricas preparadas durante o mês de agosto, dentre tantas outras realizadas nas diversas datas do calendário cívico.

Creemos que o tecnicismo pedagógico presente no imaginário dos estudantes precisa ser discutido e compreendido para então se reorganizar conforme as necessidades do mundo contemporâneo.

Como os estudantes envolvidos no processo de trabalho demonstraram grande interesse em aprofundar seus conhecimentos, então dedicamos momentos das aulas para contextualizar melhor cada momento histórico pelo qual passou o ensino da arte. Para tanto, retomamos conteúdos que já eram de conhecimento dos estudantes, tais como a Semana de Arte Moderna, realizada

em São Paulo, em 1922. Propusemos a eles que relembassem o assunto para que então pudéssemos pontuar alguns aspectos relevantes que influenciaram o desenvolvimento estético brasileiro da primeira metade do século XXI.

Construímos então, um mapa mental ressaltando momentos, como o surgimento do Museu de Arte Moderna e Contemporânea, a expansão da música popular brasileira, o Manifesto Antropofágico, de Oswald de Andrade, a encenação de “Vestido de Noiva”, de Nelson Rodrigues, entre tantos outros. A esse mapa o denominamos “*marcas de um tempo*”. O mesmo foi primeiramente pensado e em seguida construído por meio de colagens.

Marcas de um Tempo



Esse trabalho suscitou empolgação nos estudantes, especialmente quando perceberam que a educação não se coloca à margem dos acontecimentos sociais, mas como algo que impulsiona e decide o rumo da formação cultural de um povo. Assim, iniciamos uma nova etapa do trabalho, na qual passamos a analisar os documentos oficiais que norteiam o ensino das artes no Brasil.

A partir das leituras e seminários, a contextualização do ensino da arte no país se tornou mais visível e significativa para os alunos, e propusemos a leitura e reflexão da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, restringindo as discussões ao ensino da arte .

Foi discutida a obrigatoriedade do componente curricular **Arte** e suas necessidades específicas, bem como, a da formação profissional. Assim sendo, a ênfase da discussão girou em torno do paradoxo existente entre a realidade em que o ensino da arte se encontra e a formação acadêmica proposta pelos currículos das licenciaturas.

Os estudantes estavam certos de que, ao concluírem uma licenciatura em teatro, dariam aulas específicas de teatro, pois desconheciam a forma como o componente Arte integra os currículos escolares.

A Lei, delineia o resgate dos conhecimentos específicos da arte, no entanto, dão margem a interpretações e dúvidas, pois não aponta para o perfil do profissional responsável pelo ensino da arte; um professor generalista, especialista ou polivalente? Da mesma forma no que se refere às especificidades do componente curricular; estas devem ser abordadas de maneira integrada ou autônoma?

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos [...] (Redação dada pela Lei nº 12.287, de 2010)

Considerando as exigências da Lei 9394/96, a Arte se faz presente na Educação Básica. No entanto, o caráter genérico atribuído a esse componente curricular não aponta para as especificidades de cada uma das artes o que integram – teatro, dança, artes visuais e música - possibilitando assim, às instituições de ensino, diferentes interpretações que interferem tanto no tratamento dado às artes como na formação do profissional que ministra essas aulas.

Com relação ao ensino da música, a Lei a compreende apenas como conteúdo do componente curricular Arte. Nesse sentido, não há exigência de um profissional licenciado para ministrar as aulas:

§ 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo (*Incluído pela Lei nº 11.769, de 2008*).

Diante do exposto na Lei 9394/96, propusemos aos estudantes a análise de outros documentos que norteiam o ensino das artes no Brasil e, em especial, no Estado do Paraná e no Município de Curitiba. Dentre eles, os Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná e Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba.

Esses documentos foram amplamente discutidos pelos estudantes, os quais puderam analisar e compreender como as diferentes artes – teatro, dança, artes visuais e música – integram os currículos escolares de diferentes instâncias: Nacional, Estadual e Municipal.

Além da análise dos documentos citados, foram discutidas as propostas pedagógicas presentes em cada um deles.

REVER CONCEITOS É UMA ATITUDE NECESSÁRIA

Durante a análise dos referidos documentos, apresentamos aos alunos a Lei nº 11.645, de 2008, que versa sobre, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. nos currículos escolares. Tal assunto gerou uma grande discussão na turma, e proporcionou perceber que os argumentos apresentados pelos estudantes acerca das questões étnico-raciais ainda eram superficiais.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. *(Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).*

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. *(Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).*

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. *(Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).*

Com o intuito de ampliar os referenciais dos alunos, propusemos um seminário para discutir sobre os aspectos históricos que contribuíram para a formação da sociedade brasileira, da qual o negro faz parte; bem como, procuramos destacar a influência afro na produção artística brasileira, em especial, na área do teatro.

TEORIA E PRÁTICA: É PRECISO EXERCITAR

O caminho percorrido foi esclarecedor para os alunos, pois lhes permitiu, compreender a origem de suas próprias memórias e referenciais estético-culturais, mas era preciso pôr em prática os saberes construídos. Portanto, o desafio de planejar a própria prática docente estava apenas no começo.

Discutimos sobre a importância de planejar as ações que executamos no dia a dia, bem como a de planejar a prática docente. Neste sentido, foram apresentadas a eles algumas possibilidades didáticas de registro do planejamento. Optamos por um modelo que seria desenvolvido no ano seguinte, durante o estágio obrigatório do curso. Assim, propusemos a eles um desafio: organizar um planejamento para três aulas de teatro. Para isso, os alunos deveriam visitar a exposição “*Caracteres – Retratos em Preto e Branco*”, do artista Tom Lisboa, pois esta seria a base para organização do planejamento.



Após a visita, discutimos sobre as impressões que a exposição causou nos alunos e, em seguida, eles falaram sobre quais relações poderiam estabelecer com o teatro.

Cada aluno se deteve num aspecto da exposição e correlacionou com os saberes construídos nas diferentes disciplinas do currículo da Licenciatura. Então perguntamos como cada aluno apresentaria aqueles conteúdos expostos em aulas para os estudantes do Ensino Fundamental, Fase II? No primeiro momento, eles relataram várias atividades possíveis de serem realizadas. Então, perguntamos qual seria o objetivo de se propor aquelas atividades? Os alunos não tinham respostas concretas para a nossa pergunta, exceto aqueles que já exerciam a docência. Discutimos então o que são objetivos, conteúdos e atividades, bem como a avaliação pautada em critérios.

Os alunos estavam instrumentalizados para enfrentar o desafio lançado. Os planejamentos foram organizados e apresentados à turma.

Assim, acredito que para aqueles meninos e meninas licenciados do curso de Teatro, cabe o papel do velho Gepetto, qual seja o de reescrever a história da arte educação brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem, NORRINGTON, Miriam Guedez de Tullio.. **Pinóquio às avessas: uma estória sobre crianças e escolas para pais e professores.** São Paulo: Verus, 2005.

ANCHIETA, José. Teatro de Anchieta. ANCHIETA, José. Teatro: auto de São Lourenço: auto na aldeia de Guarapari. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BARBOSA, Ana MaeTavares Bastos. Das origens ao modernismo. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.5692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Lei n.10639 de 09 de janeiro de 2003.

CURRÍCULO BÁSICO para escola pública do Estado do Paraná. Curitiba. 2003.

CURITIBA. *Diretrizes Curriculares para educação municipal de Curitiba - Ensino Fundamental*. Curitiba: SME, vol. 3, 2006.

LOWENFELD, Viktor - BRITAIN. W. Lambert. **Desenvolvimento da Capacidade Criadora**. São Paulo : Mestre Jou 1977.. p.2

READ, Herbert. **A Redenção do Robô. Meu encontro com a educação através da arte** São Paulo: Summus, 1986. .p. 95

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2010.

http://pensador.uol.com.br/autor/john_dewey/ acesso em 19/12/2012.

<http://www.neilaabraham.com/index2.asp> acesso em 19/12/2012.